



REVISTA DO CAAP
fundada em 1921

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires¹

Carolina Augusto de Frias Cardoso²

RESUMO: O presente artigo pretende compreender como se constrói a ideia de meritocracia nas classes médias, a partir de uma reconstrução da visão de classes sociais de Jessé Souza, e a relação disso com os processos seletivos de ingresso, mas, principalmente, com as dificuldades de permanência nas universidades públicas por parte das classes mais baixas. Assim, o trabalho sintetiza os estudos de Jessé Souza com relação às classes sociais no Brasil, passando brevemente pelos seus pressupostos teóricos. Ademais, aborda o conceito de meritocracia que permeia as classes médias, partindo dessa reconstrução das ideias desenvolvidas por Jessé Souza. Por fim, o artigo busca relacionar essas concepções com a dificuldade de permanência das classes mais baixas (ralé e batalhadores) nas universidades públicas no Brasil, analisando dados e artigos. Em suma, o trabalho analisa a estreita relação entre as classes sociais, meritocracia e a manutenção de um ensino superior público elitizado no país.

Palavras-chave: meritocracia; universidades públicas; permanência; elitização.

¹ Graduanda na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7426-0410>. E-mail: laurinhafinzi@gmail.com

² Graduanda na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7079-9559>. E-mail: carolfriascardoso@gmail.com

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL:
AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

**THE ELITISM OF PUBLIC UNIVERSITIES IN BRAZIL: THE CHALLENGES OF
RETENTION FOR THE UNDERCLASS AND THE STRIVER**

ABSTRACT: The present article aims to understand how the idea of meritocracy is constructed within the middle classes, based on a reconstruction of Jessé Souza's perspective on social classes, and its relationship with the admission processes of Brazilian universities but, more importantly, the challenges faced by lower classes in remaining in public universities. Thus, the paper synthesizes Jessé Souza's studies on social classes in Brazil, briefly exploring his theoretical assumptions. Furthermore, it addresses the concept of meritocracy prevalent among the middle classes, drawing from this reconstruction of Jessé Souza's ideas. Finally, the article seeks to connect these conceptions with the difficulties faced by lower classes in sustaining their presence in public universities in Brazil, analyzing data and articles. In essence, the study examines the close relationship between social classes, meritocracy, and the perpetuation of an elitist public higher education system in the country.

Keywords: meritocracy; public universities; permanence; elitization.

INTRODUÇÃO

O acesso à universidade no Brasil, inclusive à universidade pública e gratuita, é dominado pelas classes sociais mais altas do país, tanto no que toca o ingresso no ensino superior quanto a permanência e conclusão dos cursos. De acordo com uma pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) realizada em 2018, a chance de um jovem de baixa renda entrar em uma universidade pública era de apenas 2%. Enquanto a classe alta e as classes médias ocupam separadamente cerca de 46% das vagas em universidades públicas, ao total 92%, as classes baixas ocupavam apenas 8%, demonstrando o recorte de classes dentro das instituições de ensino superior públicas, ainda que correspondam a 23,1% da população brasileira (Duque; Góes, 2018, p. 536).

Considerando esses dados, o artigo pretende compreender as dificuldades de permanência de alunos das classes baixas dentro das universidades públicas no Brasil. Para isso, partiremos de uma análise da teoria de classes desenvolvida por Jessé Souza (“A ralé, os batalhadores e as classes superiores”), a fim de entender de que forma a ideia de meritocracia

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL:
AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

se constrói dentro das classes médias. Nessa concepção, as classes médias acreditam que suas conquistas são frutos unicamente de seus esforços e dedicações. Sendo assim, a meritocracia é um exemplo do exercício do poder simbólico. No entanto, essa ideia de merecimento pelo esforço pessoal é falsa, porque existe um desnivelamento econômico que proporciona condições de vida diferentes para as classes médias em comparação com os batalhadores e a ralé.

Além disso, e é nesse ponto que o artigo pretende focar, a diferença nos hábitos incorporados dessas classes também gera um desnivelamento profundo, que faz com que as classes médias possuam disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que por sua vez proporcionam uma gama de oportunidades que não é presente na vida da ralé e dos batalhadores. Essas diferenças apresentadas por Jessé Souza são menos “visíveis” e mensuráveis e, por isso, muitas vezes, as atenções e políticas públicas são voltadas apenas para as questões econômicas.

Partindo, então, dessa base teórica, pretende-se entender como o pensamento meritocrático da classe média está presente no ambiente das universidades públicas. Enquanto a classe média enxergaria o ensino superior público como um objetivo alcançável e um espaço de pertencimento natural, a ralé e os batalhadores entenderiam que esses centros de ensino não estão sequer em seus horizontes, visto que nunca foram lugares considerados como de seu pertencimento.

Assim, a ideia é que a classe média vê o ingresso na universidade pública como uma conquista de mérito pessoal, como se as classes mais baixas não tivessem tido esforço individual e força de vontade suficientes para alcançar esse objetivo. Isso também pode ser observado nas diversas dificuldades de permanência da ralé e dos batalhadores dentro desses espaços de ensino e pesquisa, tanto pelas questões econômicas, quanto pela falta de capital cultural. Como o tema da desigualdade na competição em vestibulares já é muito explorado na literatura acadêmica e muito debatido em sociedade, gerando, inclusive, políticas públicas que visam remediar esse problema, como a política de cotas, o presente trabalho pretende focar nas dificuldades de permanência de maneira introdutória e sem a intenção de esgotamento do debate.

Portanto, a falta de acesso à formação universitária de qualidade não está ligada somente à dificuldade de entrar nessas faculdades, mas também de permanência, de conseguir

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

se dedicar aos estudos, e até mesmo de um sentimento de pertencimento a esses locais, considerando as questões paralelas que fazem parte da vida acadêmica, especialmente as de caráter social. Surgiria, dessa maneira, um sentimento de medo nas classes médias de que as classes mais baixas conquistem algo que “é delas por direito”, “por mérito”.

Desta forma, o presente artigo busca entender como a meritocracia e a manutenção das universidades públicas elitizadas no Brasil se relacionam para as classes médias, a ralé e os batalhadores, partindo das bases teóricas de Jessé Souza.

1 TEORIA DE CLASSES DE JESSÉ SOUZA

O presente artigo tem como base teórica os preceitos desenvolvidos por Jessé Souza em suas obras posteriores aos anos 2000³. Nesse sentido, Jessé Souza trabalha com os conceitos de topografia moral do filósofo canadense Charles Taylor e da sociologia disposicionalista do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Assim, partiremos desses dois pensadores para reconstruir a visão de Jessé Souza sobre as classes sociais brasileiras: a Ralé, os Batalhadores e as Classes Superiores. Por fim, chegaremos, através dessa síntese, no conceito de meritocracia dentro das classes médias.

1.1 Pressupostos teóricos

A primeira base teórica⁴ utilizada por Jessé Souza como ponto de partida é a teoria da topografia moral de Charles Taylor, que possui como princípios a interioridade e a vida

³ Segundo David Gomes, no ano 2000, com o livro “A modernização seletiva”, Jessé Souza rompe com a sociologia tradicional brasileira, levando a construção de uma teoria inovadora sobre a modernidade, sua relação com o Brasil e sobre as classes sociais, que são os pontos que nos interessam no presente artigo. “Assim, esse livro (A modernização seletiva) revela-se como um ponto de inflexão na produção acadêmica de Jessé Souza, um divisor de águas, assumido como tal por ele mesmo, entre sua obra anterior e aquilo que viria a pesquisar e publicar nos anos seguintes (Gomes, 2023, p. 91).

⁴ Inicialmente, na pesquisa e produção propostas após os anos 2000, Jessé Souza coloca como pressupostos teóricos as obras de quatro autores: Max Weber, Norbert Elias, Jürgen Habermas e Charles Taylor. Essas bases depois se reduzem a dois pilares fundamentais: Charles Taylor e Pierre Bourdieu. “Não é que M. Weber e N. Elias, ou mesmo A. Honneth, deixarão de ser trazidos à argumentação esporadicamente, nem que outros nomes de semelhante envergadura não virão a somar-se no pano de fundo teórico-conceitual mais abstrato da reflexão empreendida. Mas, a partir de “A construção social da cidadania”, serão principalmente C. Taylor e P. Bourdieu os marcos decididamente axiais seja da teoria de classes, seja da teoria da modernidade de Jessé Souza” (Gomes, 2023, p. 107).

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL:
AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

cotidiana. A categoria central da filosofia de Friedrich Hegel, filósofo germânico fundamental na formação acadêmica de Taylor, consiste na ideia de reconhecimento, em que nossa identidade só se concretiza por meio da constante interação dentro das relações com outros indivíduos. Nesse sentido, a dependência do reconhecimento por parte dos outros é uma característica intrínseca dos seres humanos, onde a constante validação social é crucial para afirmarmos nossa humanidade. A carência de reconhecimento torna-se, assim, uma necessidade premente para Hegel, que vê na interação social a base para a construção do *self*.

A partir disso, Taylor busca compreender como, na modernidade, se formam as fontes do *self*, e de onde derivamos os elementos para uma identidade humana não colapsada. Nesse contexto, o autor canadense empreende uma reconstrução da topografia moral do ocidente. A base dessa reconstrução seria a articulação entre dois princípios. Primeiro, o princípio da interioridade, que diz respeito a uma hierarquia moral entre corpo e alma, na qual a alma se encontra em uma posição superior, enquanto o princípio da vida cotidiana seria uma expansão dessa interioridade. A interioridade abriga, para Taylor, a ideia de *self*-pontual: capacidade humana de abstrair-se de si e do mundo para refletir sobre este. A partir disso, entende-se que há uma dignidade universal aos seres humanos, na medida em que essa interioridade, o *self*-pontual, nos diferencia dos demais seres e se relaciona com a questão da igualdade entre os humanos.

O outro conceito dentro do princípio da interioridade seria o expressivismo: forma específica como cada ser humano expressa sua alma, a originalidade de cada um. O expressivismo levaria, assim, a uma noção de autenticidade, relacionada com as diferenças entre os humanos. Desse modo, Taylor coloca que a topografia moral do Ocidente, o *self* da modernidade, está apoiada nessas categorias. E é nessa topografia que estariam as fontes modernas de autoestima e reconhecimento, a partir da condição, como coloca David F.L Gomes:

(...) de ser racional como os outros seres humanos e de ser dotado de uma interioridade única capaz de expressar-se singularmente na vida social seriam constitutivos da estima dos sujeitos por si mesmos, bem como de seu reconhecimento pela sociedade (Gomes, 2023, p. 100).

A partir disso, Taylor trata como se os recursos de autoestima estivessem disponíveis e acessíveis para todas as pessoas, independentemente da classe social. Entretanto, faltaria na

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

compreensão do autor entender que tudo isso seria objeto de disputa entre as classes sociais. Por esse motivo, Jessé Souza complementa a teoria de Charles Taylor com a luta de classes simbolicamente mediada, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu, na modernidade, como a violência explícita não é mais uma forma válida de dominação entre classes, a classe dominante passa a exercer um poder simbólico, e eficaz justamente por não ser percebido, o que legitima sua posição hierarquicamente superior. A violência simbólica exercida pelas classes dominantes é, nas palavras de Jessé Souza, “aquele tipo de violência que não aparece como violência - que torna possível a naturalização de uma desigualdade social abissal como a brasileira” (Souza, 2011, p. 15). Dentro dessa teoria, Bourdieu desenvolveu o conceito de *habitus*, que será utilizado por Souza para entender as distinções entre as classes sociais brasileiras.

O *habitus* corresponde às disposições incorporadas, habilidades práticas que não nos damos conta de termos aprendido, e que variam de acordo com determinadas classes, sendo aquisições sociais sociologicamente determinadas. Dentro do *habitus* teríamos a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo, habilidades incorporadas em classes superiores e que fazem com que estas se mantenham nesse lugar de dominação, já que não estão disponíveis para as classes dominadas.

Assim, o recurso na luta de classes não é mais apenas o capital econômico, mas, também, e principalmente, um capital cultural, muitas vezes apresentado como conhecimento técnico e escolar, que é derivado desse *habitus*. Partindo do *habitus* incorporado, dos capitais e da luta de classes simbolicamente mediada, em conjunto com a ideia de topografia moral do ocidente, Jessé Souza passa a construir a visão das classes sociais brasileiras e de sua reprodução que será utilizada nesse artigo.

1.2 As classes brasileiras: ralé, batalhadores e classes superiores

Partindo, então, dessas bases teóricas utilizadas por Jessé Souza, o próximo passo é reconstruir sua teoria das classes sociais. Para ele, as classes sociais não devem ser percebidas apenas de um ponto de vista econômico ou de uma diferenciação de renda. A desigualdade apresenta também outros fatores imateriais, que muitas vezes são escondidos. Considerando esses outros fatores, o autor chega à conclusão de que existem três principais classes brasileiras: a ralé, os batalhadores e as classes superiores, sendo que esta última abarca tanto as classes

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

médias quanto a elite do dinheiro. Neste tópico, faremos uma síntese dessas classes, retomando o *habitus* incorporado e disponível a cada classe, bem como as ideias de dignidade humana e autenticidade e de que forma elas se apresentam, ou não, nessas classes.

1.2.1 A ralé brasileira

A primeira classe desenvolvida por Jessé Souza seria o que ele chama de ralé⁵, historicamente herdeiros da população escravizada no Brasil durante séculos e, quando não, descendentes daqueles que mesmo formalmente livres ainda possuíam dependência com relação a um senhor. A origem histórica da ralé já explicita como esse grupo de pessoas possui *habitus* característico que, segundo David Gomes, “as torna imprestáveis e inadaptáveis perante o código valorativo dominante na modernidade e perante as instituições que lhe encarnam” (Gomes, 2023, p. 135).

Jessé Souza pontua como os fatores não econômicos estão presentes nas desigualdades entre classes. Na introdução de seu livro sobre a ralé, “A ralé brasileira: Quem é e como vive”, Souza coloca que, diferente do que pensa o economicismo, o processo de competição social entre classes não se inicia na escola, mas “já está, em grande parte, pré-decidiado na socialização familiar pré-escolar produzida por ‘cultura de classes’ distintas” (Souza, 2011, p. 18). As classes sociais, portanto, se produzem e reproduzem afetivamente por heranças familiares, construindo os *habitus* de classe.

A ralé seria a classe mais desprovida de capital econômico e de capital cultural, ao contrário das classes superiores. Ademais, os *habitus* citados anteriormente, como capacidade de concentração, pensamento prospectivo, disciplina e autocontrole, necessários para a ascensão social, são tidos como universais, mas não estão disponíveis para essa parcela da população. Assim, a ralé passa a produzir trabalhos que exigem, no geral, apenas o corpo, sem necessidade dessas habilidades específicas. Como não têm disponível capital econômico ou cultural e não existe as pré-condições necessárias para que eles desenvolvam os *habitus* descritos, a ascensão social na modernidade se torna muito difícil e faz com que, via de regra, a ralé se reproduza como ralé no tempo e seja, portanto, estrutural (Gomes, 2023, p. 136).

⁵ Cabe reiterar que o termo “ralé” foi escolhido pelo autor para ser provocativo, o que não significa que Jessé Souza acredita que essa parcela da população seja de fato inferior às demais, ou que deva ser tratada como tal. Pelo contrário, o termo busca evidenciar a forma como a sociedade enxerga essas pessoas a fim de combater essa visão pejorativa e desumanizadora.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

Para além disso, a expressão cultural da ralé, seu gosto, enquanto dimensão estética e moral, é desprezada e considerada inferior pelas classes médias e altas. Quando recepcionada por essas classes superiores, é glamourizada e procura se afastar daquilo que reflete a realidade da classe. Retomando a ideia de *self*-pontual da modernidade, a dignidade humana é negada à ralé justamente por essa classe não ter os *habitus* correspondentes ao *self*-pontual, ou seja, não tem acesso mínimo às fontes modernas de autoestima. A violência contra a ralé é naturalizada e essa classe é vista, de certa forma, como menos “humana” do que as demais, sendo seus integrantes constantemente ignorados e menosprezados pela sociedade. Assim, a ralé é a classe “excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social” (Souza, 2011, p. 25), enquanto as demais classes, em maior ou menor medida, são incluídas.

Qual seria, então, a solução que Jessé Souza vê, a saída que ele enxerga, para a ralé brasileira? Primeiro, com relação às possíveis formas de resistência da ralé, Jessé Souza aponta que a solidariedade, que seria uma dessas formas, é comprometida ao passo que a ralé não se compreende como classe, o que leva, muitas vezes, essas pessoas cederem a discursos que no fim legitimam as desigualdades que os atingem. Jessé Souza conclui, também, que a ralé se caracterizaria por uma passividade política, tendo em vista que:

Sem uma percepção realista da própria situação, não existe também ação política racional e de longo prazo possível. Assim, o refúgio no devaneio irreal, tão estimulado pelo ‘politicamente correto’ e pelo populismo intelectual e político de todo tipo, é o melhor caminho para a reprodução continuada da própria miséria dos excluídos em todas as dimensões (Souza, 2011, p. 419).

Além disso, a meritocracia, como veremos adiante, é uma ideologia que reforça a culpa individualizante como natural e absoluta, fazendo com que a própria ralé se enxergue dessa maneira, ficando à espera de saídas mágicas e criando ressentimentos contra pessoas específicas, como seus patrões, sem se perceberem como classe oprimida e marginalizada, afinal “só pode perceber com clareza a própria miséria social e existencial quem possui, ao menos potencialmente, os meios de superá-la” (Souza, 2011, p. 418).

O autor se coloca veemente contrário a qualquer solução “mágica” e rápida para a questão, pontuando que apenas um processo de aprendizagem social a longo prazo poderia alterar essa realidade. Processo este no qual a sociedade brasileira passasse a compreender a

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

necessidade de que todas as classes, incluindo a ralé, obtivessem condições mínimas de dignidade humana e cidadania (Gomes, 2023, p. 139).

1.2.2 Os batalhadores do Brasil

Jessé Souza desenvolve, também, o conceito dos batalhadores: uma espécie de elite da ralé, que sociologicamente não constitui a classe média, mas que teve uma relativa ascensão social durante governos de maior estabilidade econômica no país. Isso ocorreu através de um aumento da renda e do poder de consumo, como sugere o título de seu livro “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?”.

O que diferencia os batalhadores da classe média tradicional é que os primeiros devem ter um esforço incrivelmente maior para alcançar certo capital econômico e cultural que é de acesso mais fácil, privilegiado, para a classe média. Além disso, outra grande diferença é que aos batalhadores falta o “bom gosto” da classe média, tendo em vista que o conceito de classes desenvolvido não envolve apenas questões de renda e consumo, pois “os privilegiados podem se reconhecer na roupa que vestem ou no vinho que tomam e julgar justa sua própria dominação em relação a todos os seres animalizados e brutos que não compartilham dos mesmos gostos e modos” (Souza, 2010, p. 49). Jessé Souza reitera, deste modo, que os batalhadores não constituem uma “nova classe média”, mas sim uma “nova classe trabalhadora”.

Por outro lado, o que os diferencia da ralé, ainda que sejam quase tão esquecidos quantos esses, é que os batalhadores conseguiram internalizar certas habilidades que permitiram a esta classe uma ascensão social e o status de “útil” aos olhos da sociedade, diferente da ralé. Essas disposições são internalizadas, principalmente, através do capital familiar, isto é, famílias estruturadas que conseguem assegurar algum padrão de renda fixa, através de trabalhos como em construção civil e faxineiros em escolas, permitindo, pela certa segurança financeira e estrutura familiar, o desenvolvimento do pensamento prospectivo e organizado. Mesmo que o capital econômico transmitido seja mínimo, e o capital cultural e escolar seja inferior aos da classe média, o fato dos batalhadores terem, em geral, famílias estruturadas e exemplos e valores de trabalho duro e continuado é o que permite a ascensão deste grupo (Souza, 2010, p. 50). Além da família, também há a presença do capital religioso, que muitas vezes coloca para as pessoas exemplos de base disciplinar.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

Ou seja, são contextos específicos dentro da ralé que permitem a disposição dos recursos sociológicos que geram *habitus* mais próximos da classe média e levam os batalhadores a pensarem o trabalho, mesmo que ainda físico e braçal, de forma mais organizada, planejada e prospectiva, gerando ascensão social, como aponta na introdução do livro sobre os batalhadores:

Essa é uma classe quase tão esquecida e esquematizada quanto a própria ‘ralé’. Mas, ao mesmo tempo, conseguiu, por intermédio de uma conjunção de fatores que serão discutidos em detalhe a seguir, internalizar e in-corporar disposições de crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva do capitalismo financeiro (Souza, 2010, p. 48).

1.2.3 A classe média brasileira

Como explicitado anteriormente, as classes superiores englobam tanto a classe média quanto a elite do dinheiro. Ambas têm capital econômico e cultural necessários para uma real inserção na sociedade moderna, no entanto, a elite do dinheiro tem uma ênfase maior no primeiro, e a classe média, no segundo. Considerando os objetivos deste artigo, que são relacionar a ideia de meritocracia da classe média com a elitização da universidade pública e as dificuldades de permanência nesses locais por parte dos batalhadores e da ralé, daremos um foco maior para o entendimento da classe média neste tópico.

A classe média tem disponíveis os *habitus* de disciplina, autodeterminação e pensamento prospectivo que permitem com que ocupe lugares de maior destaque na sociedade. O “bom gosto”, como citado no tópico anterior, também é um elemento de distinção dessa classe com relação aos batalhadores e a ralé. Assim, essa classe já nasce numa posição de privilégio, não só econômico, mas também de habilidades incorporadas, de uma “herança imaterial”, que permitem uma manutenção da classe média como tal e seu sucesso. Um sucesso que, como veremos, é pautado pela ideia de meritocracia, a partir do entendimento de que esses *habitus* estão igualmente disponíveis para toda a sociedade:

Assim como o ato de respirar, que fazemos automaticamente e sem refletir, ou o fato de termos dois olhos e duas pernas, coisas que aceitamos sem refletir, esse tipo de concepção de mundo tornada carne e sangue transforma valores peculiares de uma classe privilegiada em uma “segunda natureza” tida como óbvia e universal (Souza, 2011, p. 406).

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

*Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso*

A classe média conta também com um processo de identificação social e emotiva, de “imitar aquilo ou quem se ama” (Souza, 2011, p. 19), isto é, a criança que cresce com o exemplo de membros da família que leem, usam computador, estão inteirados das notícias do mundo, falam outras línguas e por aí vai. Mesmo invisível, esse processo dá as classes médias e altas uma vantagem expressiva na competição social na escola ou no mercado de trabalho.

Jessé Souza (2017) afirma que existem quatro nichos dentro da classe média brasileira: liberal (35%), profascista (30%), expressivista (20%) e crítica (15%). Os liberais e os profascistas têm em comum um conhecimento técnico, e o que os diferencia seria um apego ao ideal democrático, presente nos liberais. A fração expressivista se preocupa com pautas ambientais, sustentabilidade e minorias identitárias, mas sem uma crítica real à distribuição desigual de renda e de poder. Por fim, a menor fração, a crítica, é denominada assim por ter uma atitude crítica perante o mundo, não sendo caracterizada por uma homogeneidade de posições políticas.

Além dessas diferenciações, Jessé Souza faz, por fim, uma diferença entre alta classe média e massa da classe média. A alta classe média ocupa posições de poder e comando no mundo do trabalho, muitas vezes vive não do salário, mas está inserida no capitalismo financeiro. Essa parcela teria, portanto, a ilusão de que é a elite do país por ser composta por diretores de grandes empresas, mas, na realidade, a elite real, a elite do dinheiro, é a formada pelos donos dessas empresas. A massa da classe média vive de fato do trabalho assalariado, está mais próxima dos batalhadores e pode até compartilhar das mesmas angústias e dificuldades financeiras.

Dessa forma, a teoria de classes sociais de Jessé Souza passa a explicar essas diferenciações considerando, além das questões econômicas fundamentais, o capital cultural como exercício do poder simbólico das classes dominantes sobre as classes dominadas. Como será descrito no próximo tópico, o ideal de meritocracia na classe média ganha um papel central nessa disputa de classes.

1.3 A meritocracia da classe média

A meritocracia é um sistema social de hierarquização e, principalmente, de premiação, baseado nos méritos e resultados pessoais obtidos exclusivamente por um indivíduo. Seguindo esse modelo, a posição econômica, profissional e social de cada um dependeria apenas do

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

esforço individual. Sendo base fundamental do liberalismo econômico, a meritocracia constitui as sociedades modernas ocidentais, como nas palavras de Jessé Souza:

A legitimação do mundo moderno como ‘justo’ está fundamentada na ‘meritocracia’, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o ‘desempenho diferencial’ dos indivíduos (Souza, 2011, p. 22).

O princípio meritocrático, a meritocracia, é a ilusão que legitima a dominação das classes, como se a ralé não tivesse se esforçado o suficiente para gerar uma mudança de vida. Já é tópico amplo de discussão a ideia de que a meritocracia seria falsa, pois os indivíduos partem de pontos econômicos diferentes, sendo mais ou menos favorecidos. Por esse motivo, Jessé Souza explicita:

Ao individualizar o desempenho ela também premia ou ‘culpa’ o indivíduo por seu mérito ou demérito (...) A individualização da culpa, que esconde e nega as desiguais condições sociais de competição, é o maior desempenho da escola como má-fé institucional (Souza, 2011, p. 428).

Porém, como apresentamos na teoria das classes brasileiras de Jessé Souza, a desigualdade social é mais do que desigualdade de renda. Assim, aquilo que a classe média entende como mérito individual, do sucesso escolar e, mais tarde, do sucesso no mercado de trabalho, é derivado das habilidades incorporadas – disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo – que nada mais são do que heranças imateriais da classe média para seus filhos. Da mesma forma que a ideia de meritocracia aparece no sucesso escolar e no mercado de trabalho, ela também aparece no ingresso nas Universidades Públicas do país, através do sistema de vestibulares. É por esse motivo que Sidney Chalhoub, historiador das universidades de Harvard e Unicamp, pontua, em entrevista concedida ao Jornal da Unicamp:

Os que têm medo das cotas são os setores que têm tido acesso às universidades públicas e gratuitas como uma prerrogativa sua, de muitas décadas. São pessoas que vão a escolas particulares porque têm maior poder aquisitivo e que defendem a exclusividade de acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. Esta é uma grande distorção na sociedade brasileira (Alves Filho, 2017).

Porém, a questão vai para além do ingresso. Mesmo que pessoas vindas da ralé e dos batalhadores consigam, com um esforço enorme, adentrar esses espaços, a universidade pública

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

ainda não lhes pertence em vários sentidos. A falta das disposições incorporadas que a classe média tem, passadas pela herança simbólica familiar, acompanha os batalhadores e, em especial, a ralé, durante toda a sua trajetória de vida. Como veremos adiante, isso gera dificuldades de permanência na universidade pública, que, por vezes, recebem menos atenção do que a questão do ingresso. Isso porque a ideia de meritocracia da classe média não acaba nos vestibulares, continuando durante toda a trajetória universitária e, mais à frente, também no mercado de trabalho.

2 A ELITIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Partindo das bases teóricas exploradas até aqui, trataremos neste capítulo, de maneira sucinta, da elitização das universidades públicas no Brasil. Inicialmente, faremos uma síntese histórica do processo de criação e estabelecimento das universidades no país, desde a colonização até o momento atual, ressaltando o perfil dos estudantes em cada um dos períodos. Em seguida, discutiremos as dificuldades de acesso e, principalmente, de permanência dos estudantes das classes baixas nas universidades públicas, baseados em pesquisas realizadas com alunos das universidades públicas da UFMG, USP E UFPI. Por último, trataremos sobre a relação da meritocracia com o pertencimento das classes médias e altas nos estabelecimentos de ensino no país.

2.1 Breve contextualização histórica do acesso à universidade pública no Brasil

A presença das camadas populares na vida universitária é um evento recente na história de ensino do Brasil. Wilson Almeida (2022), utilizando de Santos (1998, p. 251), divide a história do acesso ao ensino superior no país em três momentos distintos, que serão pontuados, brevemente, a seguir.

O primeiro momento abrangeu do século XVI ao início do século XIX, período em que o acesso às universidades de ensino se deu, exclusivamente, pela aristocracia brasileira. Abarcando principalmente os filhos da classe dominante da colônia, a vida universitária ocorria na metrópole, mais especificamente na Universidade de Coimbra.

O segundo momento do ensino superior no Brasil foi marcado pela transferência da corte portuguesa, em 1808, para a colônia. Com isso, houve a criação das primeiras instituições

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

*Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso*

de ensino superior, com o objetivo de fornecer profissionais que desempenharam diferentes ocupações e funções para a corte. Naquele momento, ainda que existisse o ingresso das camadas médias, fica clara a permanência do monopólio das classes dominantes econômica e política no país dentro das instituições de ensino.

A partir da década de 1930, com a industrialização e a urbanização crescentes no país, acompanhadas das migrações estrangeiras, houve uma maior participação das classes médias no nível de ensino superior, ainda que de maneira extremamente tímida e pontual.

É somente a partir de 1968, com a reforma universitária instituída pela lei 5.540, que há a crescente superação do passado de exclusão e predomínio da educação elitista nas universidades do país. Impulsionado pelos movimentos estudantis e pela “tecnocracia do estado” da década de 1960, há um aumento do número de instituições públicas, instituições privadas e a formação de faculdades das “novas profissões”, como administração, comunicação, economia e nutrição.

Dessa forma, em um contexto de expansão do ensino, os estudantes de baixa renda, ou, como denomina Jessé Souza, a ralé, permanece quase sem acesso aos meios de ensino superior. Nos anos 1990, ainda que com um aumento do acesso ao ensino superior, a entrada de estudantes de baixa renda permanece tímida, como demonstra a pesquisa do Jornal da Folha de São Paulo (2002), considerando o período entre 1992 e 1999, quando o número de alunos na universidade passou de 1.433 milhão para 2.525 milhões: “Os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 67,1% para 70,7%; os 20% mais pobres caíram de 1,3% para 0,9%” (GOIS, 2002).

No país, desde a década de 1990, com o auxílio de movimentos sociais e pesquisadores, há uma maior discussão sobre as formas de ampliação do acesso e da permanência da ralé nas universidades, com a implementação de políticas de afirmação e cotas raciais e sociais, mesmo que de maneira inicial.

Nesse sentido, em agosto de 2012 foi aprovada a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que define que as instituições federais de ensino superior devem reservar 50% das vagas de ingressantes para pessoas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou comunitárias, sendo que 50% dessas vagas reservadas são destinadas a pessoas oriundas de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário-mínimo. Essas vagas também deverão ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas de

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

forma proporcional à presença desses grupos na população da região na qual a instituição federal de ensino superior está localizada.

A Lei de Cotas gerou diferenças significativas no que tange o aumento no número de ingressos de pessoas oriundas da ralé e dos batalhadores, assim como de pretos, pardos, indígenas e quilombolas nas universidades públicas, além de representar um grande avanço no debate da elitização dessas instituições. Por exemplo, apesar de ser uma lei aplicada inicialmente apenas a instituições de ensino superior federais, seu impacto foi tanto que outras instituições, como a USP e a Unicamp, aderiram a um programa de cotas nos moldes da Lei 12.711.

Ainda assim, a questão é que a universidade pública no Brasil, que deveria ser de todos e para todos, contemplando um amplo acesso de toda a população, continua elitizada, no sentido de que permanece sendo ocupada em grande parte pelas classes médias e superiores. Como veremos adiante, essa elitização se dá não só pelas dificuldades de acesso a essas universidades, questão que vem sendo debatida e remediada através de ações como a Lei de Cotas, mas igualmente pelas dificuldades de permanência dos jovens pobres nesses centros de ensino e pesquisa, o que será o foco deste capítulo.

2.2 As dificuldades de permanência

A dificuldade da trajetória dos jovens batalhadores e da ralé na universidade pública se inicia já no ingresso via vestibulares. Ainda que vendida como uma competição meritocrática, esse acesso é extremamente facilitado para aqueles que, por conta de seu capital econômico, puderam se dedicar integralmente aos estudos, tiveram uma educação de maior qualidade e um acesso a um extenso capital cultural. Como exposto anteriormente, o tema das dificuldades de acesso à universidade já é bastante abordado na literatura e tem uma certa visibilidade social, levando, inclusive, a políticas que visam remediar a situação, como a política de cotas, e por isso não é o foco deste artigo.

Passada a primeira grande barreira – a entrada em uma universidade federal ou estadual – surgem novos obstáculos para os jovens advindos da ralé e dos batalhadores: as dificuldades de permanência dentro da universidade. Essas dificuldades, como veremos, vão desde questões financeiras até dificuldades no desempenho acadêmico e na adaptação e integração dentro desses espaços de ensino. Para mapear essas dificuldades utilizamos,

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

principalmente, três pesquisas: a primeira, publicada em 2007, foi realizada por Samara Pereira e Guiomar Passos com alunos da Universidade Federal do Piauí⁶; a segunda e a terceira foram realizadas, respectivamente, com alunos da UFMG⁷, publicada por Écio Portes, e da USP⁸, por Wilson Almeida, e estão presentes em uma coletânea publicada em 2021 e intitulada “Camadas Populares e Universidades Públicas: trajetórias e experiências escolares”.

Assim como Wilson Almeida (2022), faremos uma distinção entre as dificuldades financeiras e materiais, contemplando aquelas que dizem respeito a moradia, transporte, alimentação, dinheiro para compra de livros; e as dificuldades simbólicas e culturais, que se relacionam tanto com o desempenho acadêmico desses estudantes quanto com as dificuldades de socialização e integração no ambiente universitário. Esses dois agrupamentos dizem respeito, respectivamente, ao capital econômico e ao capital cultural desses jovens. Apesar dessa divisão, todas as dificuldades de permanência se relacionam diretamente entre si, não são questões de fato isoladas umas das outras, mas, pelo contrário, são causas e consequências umas das outras, criando uma complexa dimensão de barreiras a serem transpassadas pelos alunos pobres das universidades públicas do Brasil.

2.2.1 Dificuldades materiais e financeiras

De acordo com as pesquisas utilizadas, a primeira barreira que aparece após a aprovação no vestibular é econômica: como se manter financeiramente na universidade? As principais preocupações levantadas são com relação à moradia, para aqueles alunos que vêm de outras cidades; ao transporte até o campus; à alimentação e à compra de materiais e livros

⁶ Pesquisa realizada com 5 alunos da Universidade Federal do Piauí. No geral, os entrevistados têm origem rural e pais que cursaram apenas as primeiras séries do ensino fundamental ou que não tem escolaridade. Os alunos investigados concluíram os estudos em escolas da rede pública e não se dedicavam integralmente aos estudos, conciliando-os com outras atividades. As perguntas foram feitas com relação à escolarização dos entrevistados, seu processo escolar, participação da família no processo, primeiro contato dos investigados com a universidade e suas primeiras impressões nesse local, assim como suas dificuldades nos planos cultural, material e simbólico de permanência na universidade. O texto faz parte da Revista da UFPI “Linguagens, Educação e Sociedade”.

⁷ Dados coletados durante um acompanhamento de duração de dois anos com alunos pobres da Universidade Federal de Minas Gerais, presentes na tese de doutorado do autor (PORTES, 2001). No texto em questão, foram utilizadas as entrevistas de 5 dos alunos acompanhados, de cursos distintos dentro da universidade. Pais e mães dos entrevistados apresentam escolaridade baixa, realizam trabalhos como motorista e marceneiro no caso dos pais, e costureiras e “do lar” no caso das mães.

⁸ Alunos entrevistados selecionados a partir do questionário socioeconômico realizado pela Fuvest. No total, foram 17 alunos da Universidade de São Paulo que participaram da pesquisa. Os pais possuem recursos econômicos modestos, mas profissões que geram certa regularidade salarial, como motoristas e mecânicos. As mães, no geral, são costureiras ou lavadeiras. Ambos com baixa escolaridade e pouca participação no trajeto escolar dos filhos.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

necessários para o curso. Apesar de alguns utilizarem recursos oferecidos pela própria universidade, como bolsas de monitoria e iniciação científica, além de auxílios financeiros que algumas instituições oferecem, a principal solução encontrada pelos estudantes é o trabalho.

A consequência mais imediata decorrente do trabalho é a falta de tempo para se dedicar aos estudos e a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, o que pode levar a uma queda no desempenho acadêmico desses estudantes, diferenciando-os dos demais, como exposto na pesquisa feita na USP:

A falta de tempo devido à necessidade de trabalhar produz uma diferenciação interna: o estudante em tempo integral, que pode aproveitar a USP mais plenamente e, por isso, fazer um curso melhor, aprender mais, e aquele que trabalha e estuda. Temos aqui uma separação objetiva bem delimitada entre os uspianos que acarreta diferenças incontornáveis também no plano simbólico (Almeida, 2022, p. 257).

Além disso, o trabalho e a falta de recursos econômicos também impossibilitam que eles possam desfrutar de todas as possibilidades que a experiência universitária pode proporcionar, não só pelo tempo e energia que consomem, como também pela constante insegurança financeira desses jovens, que, muitas vezes, além de se sustentar, também precisam ajudar suas famílias. O sentimento de incerteza, a falta de perspectiva e o constante medo da falta de dinheiro assombram esses jovens desde sua infância e permanecem com eles durante a trajetória na universidade.

As dificuldades materiais e financeiras não só influenciam na falta de tempo, na preocupação constante que consome os estudantes e na carência de materiais necessários para o curso e para os trabalhos desenvolvidos na universidade, como livros e computadores, mas também levam a uma exclusão de eventos sociais e acadêmicos, além da pressão material exercida, mesmo que não intencionalmente, pelos colegas de sala. Cabe lembrar que essas preocupações, normalmente, não fazem parte da realidade dos jovens advindos das classes médias brasileiras. Ainda que possa existir alguma dificuldade financeira, o capital econômico dessas famílias permite uma maior dedicação aos estudos do que ao trabalho, e que a universidade seja o foco desses estudantes, e não a sobrevivência.

2.2.2 Dificuldades simbólicas e culturais

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

*Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso*

Transpassada, mesmo que momentaneamente, a barreira financeira, “solucionada” pelo trabalho, surgem diversas outras dificuldades, vinculadas, como exposto acima, à falta de capital econômico, mas também relacionadas ao capital cultural dos jovens batalhadores e da ralé. Dentro desse grande grupo de dificuldades simbólicas e culturais, apontaremos tanto as questões acadêmicas quanto as dificuldades de integração e socialização nesses espaços.

A falta de tempo e de materiais desses jovens faz com que eles não consigam se dedicar tanto aos estudos e seu desempenho caia, como expusemos. Porém, existe uma série de outras disposições, ou falta delas, que influenciam a trajetória desses alunos na universidade. Primeiro, a falta de tempo e de dinheiro impede que esses jovens participem integralmente da experiência universitária, das palestras, dos grupos de estudos e até mesmo das aulas regulares nas quais, ainda que exista o tempo, o cansaço físico e mental dificulta a aprendizagem.

Para além disso, como estudado nos primeiros capítulos a partir da obra de Jessé Souza e de seus apontamentos com relação ao sociólogo Bourdieu, esses jovens pobres carecem de *habitus* incorporados necessários para a aprendizagem. Nas pesquisas, uma grande dificuldade apresentada é a de leitura e interpretação de texto, assim como de produção acadêmica e de concentração em sala de aula, que são habilidades adquiridas a partir de uma socialização primária que os jovens da classe média, por exemplo, costumam ter em casa. Isso constrói mais uma barreira para o desempenho desses alunos.

Outra grande dificuldade apresentada em todas as pesquisas citadas e que demonstra muito bem o abismo entre os estudantes entrevistados e aqueles advindos das classes superiores é a barreira linguística. Ela se dá tanto com relação à linguagem acadêmica e científica no próprio português, quanto na exigência frequente de que os alunos tenham conhecimento de alguma língua estrangeira.

A linguagem acadêmica é, no geral, inacessível e gera um estranhamento até para os jovens de classe média. Porém, estes conseguem rapidamente se adaptar a esse novo mundo e a essa nova língua, enquanto os jovens da ralé e dos batalhadores têm uma dificuldade muito maior nessa adaptação, por conta da falta de determinados *habitus* na sua socialização primária. Na universidade, muitas vezes é assumido que os jovens sabem o inglês ou o espanhol, e os professores chegam a exigir isso através de textos em línguas estrangeiras, o que, via de regra, está fora da realidade dos jovens pobres. O domínio do capital linguístico se mostra uma grande barreira e um grande diferenciador na trajetória acadêmica dos estudantes que não o possuem.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

*Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso*

Ainda existem outras dificuldades de permanência para esses jovens que transpassam a questão do aprendizado em si: o relacionamento com os colegas, a integração em grupos e a exclusão dos eventos sociais promovidos pela universidade. A classe média não só se sente merecedora do seu lugar na universidade pública, como pontuado no início do artigo, como também se sente automaticamente parte desse mundo. Para esses jovens, a universidade sempre esteve em seus horizontes. Eles entendem esse espaço como seu por direito, e possuem todos os requisitos, de capital econômico e de herança cultural, para se sentirem pertencentes a esses locais.

O mesmo não é verdadeiro para os jovens pobres. As pesquisas mostram um estranhamento instantâneo desses estudantes, que se sentem como estrangeiros na universidade, seja pela forma como se vestem, pelo lugar de onde vêm e pelos locais que frequentam, pela falta de “bom gosto”, pelos modos e postura esperados na universidade ou, ainda, pela ausência de bens materiais propriamente ditos. Esse abismo com os colegas privilegiados, que são a maioria, gera uma dificuldade de inserção no grande grupo da sala e da universidade.

O que é relatado nas pesquisas é que, com a exceção de alguns alunos, a grande maioria dos jovens da ralé e dos batalhadores tem dificuldade de se inserir socialmente na universidade e vê amizades mais possíveis com os socialmente iguais. As salas são divididas em grupos que obedecem às determinações de classe. Um exemplo seria a dificuldade desses alunos em participar dos eventos sociais da turma e das respectivas faculdades, como ir a um barzinho depois da aula, a um churrasco da turma, a um aniversário ou participar de um amigo oculto, seja pela falta de tempo, de dinheiro e/ou a dificuldade de locomoção. Isso quando esses jovens são convidados, o que, em tendência, diminui com o passar dos semestres.

2.2.3 Dificuldades de permanência e a meritocracia

Os dados e falas apresentados nas entrevistas reiteram a tese de que a ideia de meritocracia que permeia a classe média é falsa. Existe, claro, um esforço individual para o ingresso nas faculdades por meio dos vestibulares e, mais à frente, para o bom desempenho acadêmico. Porém, os *habitus* incorporados e a herança cultural da classe média, além do capital econômico, que não estão disponíveis para a ralé e para os batalhadores, fazem com que as dificuldades de permanência e a experiência universitária sejam muito diferentes para os estudantes pobres e para os privilegiados. A meritocracia se torna, assim, mais um elemento da

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

*Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso*

disputa simbólica entre as classes, fazendo com que as dificuldades de permanência dos jovens advindos da ralé e dos batalhadores sejam ocultadas e não tenham visibilidade. O discurso é de que, se eles quisessem, fariam por onde, ignorando não só as questões financeiras, mas as dificuldades simbólicas e culturais expostas acima.

A classe média vê como mérito próprio seu lugar na universidade pública, o pertencimento natural a esses espaços, o desempenho acadêmico satisfatório e, mais tarde, o sucesso no mercado de trabalho. Enquanto isso, as barreiras econômicas e culturais, materiais e simbólicas, enfrentadas pelos jovens pobres vêm desde a escola, e continuam na universidade. Assim, “a vida acadêmica dessas estudantes é marcada pelas dificuldades escolares em função de sua herança cultural” (Pereira, Passos, 2007, p. 29).

Dessa forma se dá a transmissão de poder e privilégio, que se estende, mais tarde, também à vida adulta e ao trabalho desses jovens. As vantagens e desvantagens acumulativas são, no fim, mascaradas pela ideia de meritocracia.

CONCLUSÃO

Conforme explicitado acima, o presente artigo buscou, ainda que de maneira inicial, explorar a complexa relação entre a ralé, os batalhadores e a classe média com a meritocracia e a elitização das universidades públicas no Brasil, dando foco aos obstáculos de permanência das pessoas de baixa renda. Nesse contexto, utilizamos as bases teóricas de Jessé Souza, fundamentadas nos conceitos de topografia moral de Charles Taylor e de luta simbólica de classes de Pierre Bourdieu, para entender, primeiro, sua teoria das classes sociais brasileiras e, depois, como isso se relaciona com a elitização das universidades públicas no país.

A meritocracia, enquanto princípio norteador que legitima a posição da classe média dentro das universidades públicas, foi desmistificada a partir do entendimento das realidades sociais e econômicas vivenciadas pela maior parte dos brasileiros, em que a falta de acesso a uma educação de qualidade e a inexistência de determinados *habitus* incorporados justificam o menor ingresso e as dificuldades de permanência dos mesmos nas universidades. Nesse sentido, fica clara a importância da disciplina, do autocontrole e do pensamento prospectivo, transmitidos aos integrantes da classe média, assim como sua herança cultural, na obtenção de vantagens no acesso à educação superior e no mercado de trabalho.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

*Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso*

Depois de uma breve contextualização histórica sobre as universidades públicas no país, em um terceiro momento, buscamos compreender quais são as barreiras, materiais e simbólicas, que dificultam o acesso e, principalmente, a permanência da ralé e dos batalhadores nesses espaços de ensino. Por conseguinte, esses estudantes manifestam duas vertentes de dificuldades, os materiais, relacionadas ao acesso à moradia, transporte e alimentação, e as simbólicas e culturais, que envolvem falta de tempo, habilidades acadêmicas, barreiras linguísticas e socialização.

A compreensão da divisão da sociedade brasileira nas classes em que Jessé Souza coloca, considerando para além do capital econômico, o capital cultural e educacional, é essencial para o entendimento das dificuldades de permanência experienciadas pelos estudantes pobres das universidades públicas. A partir disso, é possível compreender também o porquê da elitização desses espaços de ensino, dominados pelas classes superiores, que se utilizam do discurso da meritocracia para legitimar sua hegemonia nas universidades públicas.

O problema exposto neste artigo é, portanto, um essencial ponto de partida para a construção de uma sociedade onde o acesso à educação superior seja verdadeiramente igualitário, tornando a universidade pública de fato democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In. **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022, p. 239 – 273. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/01/Camadas-Populares-e-universidades-1.pdf#page=240>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ALVES FILHO, Manuel. Meritocracia é um mito que alimenta desigualdades, diz Sidney Chalhoub. **Jornal da Unicamp**, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012, p. 1.

A ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL:
AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DA RALÉ E DOS BATALHADORES

Laura Finzi Cosenza Pires
Carolina Augusto de Frias Cardoso

DUQUE, Daniel; GÓES, Carlos. Universidade pública e desigualdade de renda no Brasil: fatos, dados e soluções. *In*: IPEA. **Políticas Públicas**: avaliando mais de meio trilhão de reais em gastos públicos. Brasília, 2018.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, n. 180, 2021, p. 280-305.

GOIS, Antônio. Vagas não trazem pobres à universidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 maio 2002. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u9250.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2023.

GOMES, David F. L. Sobre a teoria das classes sociais de Jessé Souza. *In*: **Sociedade, um problema, múltiplos níveis de análise** – por um universalismo a partir do sul. Belo Horizonte: Conhecimento, 2023. Cap. 5.

PEREIRA, Samara; PASSOS, Guiomar. Desigualdade de acesso e permanência na universidade: trajetórias escolares de estudantes das classes populares. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 16, 2007, p. 19-32.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.